

Promoção da paz, segurança, justiça e governança na agenda de desenvolvimento pós-2015

Declaração de Especialistas em Segurança Pública

O Brasil é um importante ator nas discussões que definirão o futuro do desenvolvimento global. Junto com outros 192 membros da Organização das Nações Unidas (ONU), o Brasil está debatendo o lugar da paz, segurança, justiça e governança nos futuros Objetivos de Desenvolvimento Sustentáveis (ODS). Os ODS substituirão os bem sucedidos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio (ODMs), acordados em 2000 e com término previsto para 2015. A partir do próximo ano, o roteiro para o desenvolvimento será delineado pelos ODS, que terão metas para mensurar o avanço e servirão como instrumento de pressão por mudanças. Os diplomatas brasileiros estão trabalhando com seus colegas na ONU e em outros arranjos regionais para garantir que seus interesses sejam levados em consideração.

O governo brasileiro e representantes da sociedade civil buscam influenciar, de maneira proativa, os termos do debate sobre os ODS. O Ministro das Relações Exteriores esteve pessoalmente envolvido e foi um dos principais nomes da conferência Rio+20, em 2012, e clama por uma agenda que priorize, em seu núcleo, o desenvolvimento social, a redução da pobreza e a proteção ao meio ambiente. Antes e agora, o governo brasileiro optou por não priorizar questões sensíveis como paz, segurança, justiça e governança. E, no entanto, são exatamente essas as questões, junto com saúde e educação, que preocupam a maioria dos brasileiros. Além disso, no âmbito internacional, um Painel de Alto Nível nomeado em 2013 pelo Secretário-Geral das Nações Unidas solicitou, com veemência, que os governos dessem atenção especial aos temas da paz, segurança, justiça e governança. Alguns diplomatas brasileiros, porém, ainda resistem em dar uma chance a essas questões.

O futuro da agenda de desenvolvimento pós-2015 é muito mais amplo do que a redução da pobreza e da desigualdade e a proteção ambiental, por mais relevantes que sejam essas questões. Trata-se também de assegurar que a ordem multilateral seja mais legítima e efetiva, garantindo o direito a uma vida livre do medo e com ampla possibilidade de escolhas. Há vários anos, o Brasil demanda mais espaço na definição das regras que regem a política internacional, incluindo a busca por alternativas para questões de paz, segurança e desenvolvimento. O Itamaraty também se incomoda com as intenções de alguns países que favorecem a tomada de decisão unilateral em detrimento da multilateral. No âmbito dos ODS, os diplomatas brasileiros têm receio de que a inclusão de questões de paz, segurança, justiça e governança venha a securitizar a agenda de desenvolvimento e reforce uma visão de mundo unilateral. E, diferentemente do que já fizeram em outros debates, aqui eles não defendem que segurança e desenvolvimento estejam intrinsecamente interconectados e sejam pilares essenciais na agenda de desenvolvimento do futuro.

Os brasileiros podem aproveitar o momento para superar o impasse no que se refere à inclusão da paz, segurança, justiça e governança na agenda pós-2015. É uma oportunidade histórica para corrigir a marginalização dessas questões em 1999, à época das negociações dos ODMs originais. São várias as áreas de consenso entre os governos e as sociedades civis do Norte e do Sul, assim como há consenso no que se refere à importância de uma agenda de desenvolvimento que seja realmente universal. Todos também concordam que os ODS devem manter os pobres e mais necessitados no centro da agenda, onde quer que estejam -- Bogotá, Londres, Managua, Nova Iorque, Rio de Janeiro ou Lagos. Mas para que sejam implementados com sucesso, os ODS devem unir os países em uma cooperação de cunho global e em favor de uma agenda mínima comum. Devem prover um mínimo de segurança e justiça para os 7.1 bilhões de habitantes do mundo, assegurando que os excluídos tenham garantidos os seus direitos mais básicos.

A violência, a injustiça e a impunidade são problemas que afetam países de alta, média e baixa renda. Não são exclusivos dos mais pobres. Apesar dos avanços dos ODM originais, eles não impediram a escalada da violência em várias partes do mundo, inclusive no Brasil. Além disso, a insegurança e a injustiça minam o desenvolvimento macro- e microeconômico, reduzem a competitividade e corroem a qualidade de vida de todas as pessoas, especialmente homens mais jovens, mulheres e meninas. Há bastante evidência empírica que demonstra que melhorias em questões de segurança e acesso à justiça são fundamentais para garantir que o pobre alcance o seu pleno desenvolvimento potencial. Isto acontece tanto nos vilarejos rurais como nas favelas urbanas, onde os mais pobres dos pobres devem morar nos próximos 20 anos. O que o Brasil pode e deve fazer é trabalhar com seus parceiros para identificar os objetivos, metas e prazos adequados, de maneira

que os mesmos não sejam impostos, mas desenvolvidos em conjunto, visando a construção de uma sociedade justa e segura para todos. O país pode fazer com que a nova forma de mensurar o desenvolvimento global privilegie as visões e experiências dos marginalizados e inclua reduções no âmbito da impunidade e da injustiça.

O Brasil está diante de uma oportunidade histórica para redefinir a direção geral do desenvolvimento. O Brasil deve, no mínimo, apoiar a adoção de ODS mais fortes, que permitam um lugar de destaque para assuntos de paz, segurança, justiça e governança. A começar com a proposta de ODS 16, o Brasil pode apoiar objetivos, metas e indicadores que promovam a paz, que garantam a redução da violência, o acesso à justiça e o fim da impunidade para quem mais precisa, sobretudo os mais pobres dos pobres.

Várias organizações da sociedade civil brasileira apóiam a agenda prioritária de segurança pública, que clama pela redução dos homicídios, reforma da polícia, modernização da área de justiça criminal, reforma da política de drogas, bem como a construção de um novo pacto federativo para promover a segurança de todos. Ao alcançar essas metas mínimas dentro de casa, com o apoio dos governos locais e das organizações da sociedade civil, o Brasil estará enviando uma mensagem positiva sobre a construção da paz, promoção da segurança e acesso à justiça, sendo uma relevante contribuição ao arcabouço multilateral de uma agenda de desenvolvimento global.

Nós, signatários, apoiamos uma agenda positiva para o desenvolvimento global que inclua paz, segurança, justiça e governança.

Pedro Abramovay, Open Society Foundations (OSF)

Claudio Beatto, Centro de Estudos de Criminalidade e Segurança Pública (CRISP)

Ignacio Cano, Laboratório de Análise de Violência, UERJ

Julita Lemgruber, Centro de Estudos de Segurança e Cidadania (CESeC)

Paula Miraglia, consultor independente

Robert Muggah, Instituto Igarapé

José Luiz Ratton, Núcleo de Estudos e Pesquisas em Criminalidade, Violência e Políticas Públicas de Segurança da UFPE (NEPS-UFPE)

Robson Rodrigues, Instituto Igarapé

Renato Sergio de Lima, Fórum Brasileiro de Segurança Pública (FBSP) e FGV Direito SP

Pedro Strozenberg, Instituto de Estudos da Religião (ISER)

Ilona Szabo de Carvalho, Instituto Igarapé



Para mais informações sobre a posição do Brasil em relação à agenda de desenvolvimento pós-2015:

[O risco de atrapalhar](#) (junho 2014)

[Brasil lidera racha polêmico sobre novos objetivos do milênio da ONU](#) (junho 2014)

[Peace and the Post-2015 Development Agenda: Understanding the Brazilian Perspective](#) (junho 2014)

[Dispatch to Brazil: Give Peace a Chance in the Post-2015 Development Agenda](#) (março 2014)

[Why Peace Needs To Be On the Post-2015 Development Agenda](#) (fevereiro 2014)

[O Brasil dará uma chance à paz na agenda pós-2015?](#) (março 2014)

[New UN Development Agenda Gives Peace a Chance](#) (maio 2013)

[Promoting Peace in the post-2015 Framework: the role of rising powers](#) (fevereiro 2013)

[Less Violence, More Development](#) (abril 2013)

[Time to Deal with the Epidemic of Violence in Latin America and the Caribbean](#) (fevereiro 2013)

[Prevenção à violência e Agenda das Metas do Milênio e Desenvolvimento Pós-2015](#) (janeiro 2013, pág. 45)

[Why Personal Security Should be Part of the Post-2015 Development Agenda](#) (novembro 2012)